

**ALÉM DO TEMPO CRONOLÓGICO: VIDAS SECAS E  
O NÃO LUGAR EM FACE DA SECA E DA POBREZA**

**MÁS ALLÁ DEL TIEMPO CRONOLÓGICO: VIDAS SECAS Y  
SIN LUGAR ANTE LA SEQUÍA Y LA POBREZA**

**BEYOND CHRONOLOGICAL TIME: DRY LIVES AND NO PLACE  
IN THE FACE OF DROUGHT AND POVERTY**

**FRANCISCA DAS CHAGAS LEMOS<sup>1</sup>**

**RESUMO:** O presente estudo busca refletir, a partir do romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, sobre o fenômeno da seca como causador de pobreza e exclusão. A narrativa do romance se desenvolve em meio a uma paisagem devastada pela seca, às dificuldades enfrentadas por uma família de retirantes em permanente recriação, em torno de fenômenos naturais potencializados por uma forte estrutura de dominação de uma sociedade que enxerga unicamente o valor de troca, excluindo e invisibilizando aqueles que não possuem o que trocar, tornando suas vidas uma realidade de servidão, conjugada à falta de dignidade que impede a plena capacidade de ser. A partir da literatura que trata da temática da seca é possível discernir que o fenômeno representa um ciclo repetitivo e perene que, somado à falta de estruturas básicas, empurra para uma realidade de pobreza, caracterizando a triste rotina do sertanejo, nômade em sua própria pátria, em busca de melhores condições de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** seca; pobreza; exclusão; obstinação.

**RESUMEN:** Este estudio busca reflexionar, a partir de la novela *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, sobre el fenómeno de la sequía como causa de pobreza e exclusión. La narrativa de la novela se desarrolla en medio de un paisaje devastado por la sequía, las dificultades que enfrenta una familia de migrantes en permanente esparcimiento, en torno a fenómenos naturales potenciados por una fuerte estructura de dominación de una sociedad que ve sólo el valor de cambio, excluyendo e invisibilizando aquellos que no tienen nada que intercambiar, haciendo de su vida una realidad de servidumbre, combinada con la falta de dignidad que impide la plena capacidad de ser. De la literatura que trata el tema de la sequía, es posible discernir que el fenómeno representa un ciclo repetitivo y perenne que, sumado a la falta de estructuras básicas, empuja hacia una realidad de pobreza, caracterizando la triste rutina del sertanejo, nómada en su propia patria, en busca de mejores condiciones de vida.

**PALABRAS CLAVE:** sequía; pobreza; exclusión; obstinación.

**ABSTRACT:** This study seeks to reflect, from the novel *Vidas secas*, by Graciliano Ramos, on the phenomenon of drought as a cause of poverty and exclusion. The novel's narrative develops in the midst of a landscape devastated by drought, the difficulties faced by a family of migrants in permanent recreation, around natural phenomena potentiated by a strong structure of domination of a society that only sees exchange value, excluding and making invisible those who do not have anything to exchange, making their lives a reality of servitude, combined with the lack of dignity that prevents the full capacity to be. From the literature that deals with the theme of drought, it is

<sup>1</sup> Doutoranda em Direito pela Universidade de Lisboa (FDUL). Mestre em Direito pela Universidade 7 de setembro (UNI7). Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Licenciada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Advogada. Fortaleza (CE), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9625-9732>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3946690573861012>. E-mail: [lemosfrancisca@yahoo.com.br](mailto:lemosfrancisca@yahoo.com.br).

possible to discern that the phenomenon represents a repetitive and perennial cycle that, added to the lack of basic structures, pushes towards a reality of poverty, characterizing the sad routine of the sertanejo, nomadic in his own homeland. , in search of better living conditions.

**KEYWORDS:** drought; poverty; exclusion; obstinacy.

---

## 1 INTRODUÇÃO

O enfrentamento da realidade para os sertanejos como os descritos em *Vidas secas* representa um imenso desafio tanto no âmbito objetivo, suscitado pela imposição de um cotidiano marcado pelas agruras da seca que traz a falta de vida, como no aspecto subjetivo, instalado quando aqueles que a experimentam não conseguem assimilar um sentido a atribuir à própria vida, uma compreensão que permita uma saída, uma via de escape a um destino que os cercam, fatal e mortal, a fome.

Publicado em 1938, de autoria de Graciliano Ramos, *Vidas secas* descreve a saga de uma família de sertanejos que busca desesperadamente sobreviver, enfrentando de forma ininterrupta diversos obstáculos em uma rotina que se assemelha às mudanças de estações, fenômenos repetitivos que se tornam parte do cenário do interior do Nordeste do Brasil, a falta de água e o exaurimento de recursos naturais que dela dependem, inclusive a própria existência do trabalhador rural.

Apesar da distância que nos separa da data da publicação da obra, essa se revela de assombrosa atualidade, confirmando que a realidade se confunde com a ficção, e nela se pode constatar o paradoxo da sociedade que se diz pós-moderna, amparada de tecnologias e amplas possibilidades de soluções, para a melhoria de condições de vida que, entretanto, como Graciliano Ramos nos faz enxergar, não alcançam grande parcela da população, os pobres e vulneráveis, nem ontem nem hoje.

O presente estudo dirige-se a uma análise a partir do romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, do fenômeno da seca, pobreza e exclusão, em um contexto da denúncia de estruturas de dominação, eixo central da narrativa.

Para tanto, utiliza-se como base teórica estudos de autores que se dedicam à temática da pobreza, contrapondo-os às pesquisas produzidas pelo Instituto de Pesquisa Economia Aplicada – Ipea (Costa *et al.*, 2018). De outra perspectiva, as importantes contribuições de autores que tratam do tema sob a ótica literária, enfatizando a escrita, indicando na narrativa a compreensão de um destino errático, o nomadismo de retirantes que, apesar de tudo, representam vidas preenchidas de humanidade, repletas de esperança a ponto de esquecerem o sentimento de inadequação e a falta de pertença.

O estudo foi articulado em quatro partes. Em primeiro, a análise da atenção que o romance emprega ao tempo cronológico e psicológico, mostrando uma espécie de enviesamento entre ambos, um delicado equilíbrio em que a cronologia perde a importância e o significado. O passado, o presente e o futuro tornam-se uma grande incógnita, as referências temporais que importam são apenas as que a seca revela, trazendo consigo sinais de morte: a família convive também com as dores da perda e ainda assim insiste em lutar, traço comum dos despossuídos e excluídos.

No segundo tópico será feito um exame dos estudos relacionados à compreensão do fenômeno da pobreza, à noção de exclusão dos padrões de vida, dos costumes e das atividades comuns da sociedade. Traduzem a complexidade do tema ao demonstrar perspectivas pluridimensionais, relativas à variedade e modalidades, às particularidades de cada país ou localidade. Do mesmo modo, o fenômeno histórico da seca cujos impactos são imensuráveis, tanto do ponto de vista humano quanto econômico, leva a um ciclo vicioso que reverbera em políticas regionais.

No terceiro tópico são revisitados os elementos relacionados a vulnerabilidade social no Brasil e em especial na região Nordeste, que correspondem a conjunto de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vulnerabilidade social.

O quarto tópico traz um breve relato histórico do fenômeno da seca que assolou o estado do Ceará entre 1877 e 1879, em que a grande concentração de retirantes levou a capital Fortaleza a adotar uma série de providências, tais como a aprovação da planta topográfica da cidade, com a delimitação de áreas, um perímetro central e os subúrbios, onde foram construídas edificações para abrigar esses migrantes.

O enfrentamento dos retirantes em episódios de conflito com a cidade, na figura da autoridade que se preocupa com a ordem de uma gestão pavorosa da fome e pobreza, as estratégias de controle, formas de caridade e mecanismos de trabalho, refletem uma cruel realidade, cuja descrição o romance *Vidas secas* em muito se aproxima.

À conclusão observa-se que permanecer vivo é a diretriz da família de Fabiano, assim como é para os retirantes em busca de recursos para sobreviverem, tornando este um projeto de vida. No romance de Graciliano Ramos, em que a ficção imita a realidade, para a família de retirantes, agastada pela seca e na busca pela sobrevivência, surgem obrigações a cumprir, momento em que é possível vislumbrar uma profunda humanidade e senso de justiça, sentimentos arraigados em suas compreensões de vida, ainda que faltem palavras adequadas para expressá-las, ainda que ausente uma linguagem própria adotada pela sociedade, o que os tornam duplamente excluídos.

## 2 VIDAS SECAS: A COMOVENTE JORNADA NA CAATINGA DO SERTÃO

Considerado como um dos quatro maiores ficcionistas brasileiros, conforme registra Bastos (2008, p. 12), Graciliano Ramos nasceu em 27 de outubro de 1892 na cidade Quebrangulo, interior do estado de Alagoas, e morreu em 1953, no Rio de Janeiro, após ter produzido extensa obra literária, marcada pela autorreflexão em um exercício artesanal da linguagem, apontando novos caminhos para a representação literária, afastada da realidade imediata e lúdica.

Graciliano Ramos em muito contribuiu para ampliar os limites da narrativa regionalista desenvolvida por volta de 1930, retratando o país pela ótica da consciência do subdesenvolvimento e engajamento político. Nas palavras de Miranda (2004, p. 13), “De todo o grupo [de autores regionalistas], o autor de *Vidas secas* é, sem dúvida, o que mais avança no sentido de desmontar as estruturas de dominação literária, cultural e política, ao mesmo tempo que confere a seus textos um valor artístico efetivamente inovador.”

*Vidas secas* logo chamou a atenção do público pelo fato de ter sido escrito em terceira pessoa, estilo em que se confundem a fala do próprio escritor narrador e as vozes de seus personagens, intencionalmente misturadas. Segundo Miranda (2004, p. 12), “Uma terceira pessoa falsa, porque se lemos aí a história do escritor Graciliano; se podemos aí captar a posição de classe do escritor, é porque o narrador não é neutro, está envolvido na história que narra”. O autor utiliza, ainda, o discurso indireto livre, o que contribui para acentuar a distinção entre esse romance e as obras anteriores.

É o romance de Graciliano Ramos escrito depois da experiência por ele vivenciada entre 1936 e 1937 nos cárceres do Estado Novo (1937-1945), publicado inicialmente em capítulos avulsos até serem reunidos na forma de livro. A organização do romance caracteriza-se pela ausência de marcas históricas. Para Miranda (2004, p. 45) esse formato denota que a lógica espacial predomina sobre a cronológica e mimetiza a visão desarticulada e desconexa dos fatos vivenciados pelos personagens, incapacitando-os de dar-lhes sentido e significação. Em estrutura circular que reforça a repetição cíclica da própria natureza na escassez de chuva, a seca que impulsiona os personagens em busca de outros lugares para viver, de sobrevivência e luta reflete um ciclo histórico que parece não avançar.

Os personagens do romance são Fabiano, sinhá Vitória, os dois meninos e a cachorra Baleia, uma família de retirantes que carrega o fardo da pobreza em virtude da seca que se abate sobre o sertão do Brasil e, em expressivo sentimento de impotência e solidão, infunde-lhes o sentimento de desterro, “tangidos pelo peso de uma dupla carga de opressão, a da miséria e a da impossibilidade de ser livre. [...] O nomadismo forçado ressalta, pois, a falta de lugar geográfico, social e político de Fabiano, da mulher e dos filhos, não-lugar [...]” (Miranda, 2004, p. 45).

A narrativa se desenvolve em 13 capítulos, iniciando-se com o sugestivo título de “mudança”, em que é descrita a peregrinação de Fabiano e sua família, em fatigante caminhada na caatinga do sertão que se estendia “de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas” (Ramos, 2021, p. 8), onde urubus sobrevoavam os bichos moribundos. No início da jornada, eram seis viventes contando com o papagaio que, em momento de infortúnio, foi aproveitado como alimento. Restaram cinco, contando com a cadela Baleia.

Um vaqueiro vermelho, queimado, com barba e cabelos ruivos, cuja lida é cuidar dos animais no curral, profissão herdada do pai, e este dos antepassados: Fabiano pensava em si mesmo como “um cabra ocupado em guardar coisas dos outros” (Ramos, 2021, p. 16), como um bicho, mas capaz de vencer dificuldades. Apossara-se de uma casa e oferecera os seus préstimos para o proprietário, e ali criara raízes, plantava. Ainda assim, ele e a família viviam de trouxa arrumada, dada a inconstância da vida em qualquer lugar, dada a vivência que tinham com a seca do sertão.

A história da família se desenvolve na rotina do local onde vivem, com curtas passagens pela cidade, onde confrontam uma realidade distinta daquela a qual estão acostumados e que, articulada em eventos fatídicos, faz com que Fabiano seja humilhado e preso, além de sentir-se roubado quando em contato com o patrão. Tais adversidades trazem um sentimento de inadequação e falta de pertença, invocando a constante mudança. Um romance que luta contra o tempo cronológico a favor de um tempo psicológico ou lógico.

Em uma espécie de equilíbrio no romance *Vidas secas* a cronologia deixa de ser importante e, mesmo não desaparecendo de todo, perde o significado. Ao invés de um contraponto entre o presente e o passado, surge uma simbiose abrangendo todos os acontecimentos e personagens que, flutuantes, não estão situados em um tempo determinado exatamente por não possuírem referência com marcos temporais precisos, conforme pontuou Cristóvão (1998, p. 79).

A narrativa avança além do tempo cronológico, além dos fatos humanos que alcançaram os objetos, engendrando a trama a ponto de ultrapassar a periferia, retirando-lhes a realidade.

Uma tal narração de ações e sentimentos trata-os como se eles fossem coisas mortas. Diversamente, a narração que dá ao tempo uma textura psicológica penetra no mais íntimo das realidades, insufla-lhes a vida, arranca o passado à aniquilação e esquecimento, uma vez que o próprio da vida é suspender e retardar a marcha para a entropia e a morte (Cristóvão, 1998, p. 68).

Contraposto à estabilidade do ser, através de mudança contínua de estado, indica que Fabiano e sua família não sabem de onde e para onde caminham, evidenciando a sensação de não-lugar, que se configura “pela forma peculiar de crítica a uma nação projetada na falta de um povo ainda por vir. Apesar dos esforços de preencher esse *espaço vazio*, recorrente na história nacional de distintas maneiras, o paradoxo persiste” (Miranda, 2004, p. 49).

Graciliano Ramos consegue expressar diferentes modulações de visão que, embora tratadas em um discurso individual, denotam uma produção coletiva, ora na forma de posicionamento dos narradores em primeira pessoa, restritos a indivíduos de uma classe, ora de um deslocamento da narrativa, como ocorre em *Vidas secas*, da visão de dentro do seu outro de classe, com o qual compartilha o discurso, conforme Brunacci (2008, p. 179).

### 3 A FOME E O PÃO: REALIDADE X FICÇÃO

No ano de 1693 os Lazaristas foram obrigados a substituir exercícios espirituais por distribuições de pão e sopa aos mais pobres. “No ano anterior, no Franco-Condado, os missionários de Beaupré encontraram pais que lhes perguntaram se podiam matar os seus filhos para os impedirem de continuar a sofrer e para pouparem a si próprios a visão da sua lenta agonia” (Châtellier, 1995, p. 156-157).

A caridade com a distribuição de esmolas atendia a fins morais e religiosos, pois os religiosos não esperavam a gratidão da população, mas acreditavam que, naqueles tempos de miséria, o povo concederia crédito às palavras e os reconheceriam como homens de Deus.

A triste realidade dos humildes submetidos à miséria e precariedade da vida, na ótica de Châtellier (1995, p. 155), é revelada pelo pedido do Pai Nosso (“o pão nosso de cada dia nos daí hoje”), na ideia de que a segurança do amanhã não existe no desterro e nem deve ser procurada pelo cristão. A fome era consequência e castigo do pecado original. “[...] em muitos casos ela não poderia deixar de ser má conselheira. [...] O pão, símbolo da vida, nem por isso desaparecia da linguagem dos pregadores. Mas transformava-se em alimento espiritual: passava a ser o pão das almas” (Châtellier, 1995, p. 155).

No entanto, as missões de campos levaram a Igreja do século XVIII a conhecer melhor o mundo dos pobres, dando-se conta de que a visão ideal da pobreza se encontrava desassociada da realidade.

O despojamento dos bens materiais é certamente uma virtude evangélica quando se revela o acto voluntário de alguém que pretende aproximar-se de Deus. Mas quando consiste no estado daquele a quem tudo falta, e que se encontra destinado a passar toda a sua vida sem nada possuir, existe o grande risco de se ver suscitado o efeito inverso (Châtellier, 1995, p. 172).

No Renascimento, as imagens das americanas do novo continente surgem não mais como símbolo de inocência, mas de pobreza, uma América nua, pobre de artefatos, de bens e conhecimentos que pudessem gerar riquezas. Os viajantes ficavam chocados com a nudez dos escravos nas ruas: “Nudez, pobreza e antropofagia andavam de mãos dadas. [...] As poucas blusas que escorregavam pelo ombro, os seios nus, magros e caídos, escorrendo peito abaixo” (Del Priore, 2014, p. 16).

Existe rejeição à condição do pobre na sociedade da troca, pois parecem não ser capazes de oferecer nada no jogo da reciprocidade, chave das sociedades contratuais. “No mundo das trocas, os pobres provocam um sentimento de rejeição porque só apresentam problemas para quem, na realidade, só deseja ajuda para prosperar” (Cortina, 2020, p. 148).

No romance *Vidas secas*, Graciliano Ramos trabalha em suas personagens essa inadequação dos pobres ao mundo das mercadorias, em que o desconforto físico e psicológico traduzido no cotidiano expressa claramente esse sentimento, além do incômodo do narrador em possuir um desespero que não é apenas seu, mas de todo o projeto da sociedade revelado no mundo narrado. “Trata de cumprir, assim, o mandado de procuração, instrumento que o mantém simultaneamente preso aos valores da sociedade institucionalizada e inserido no universo daqueles que sequer apreendem o significado de um documento cartorial” (Brunacci, 2008, p. 177).

Uma passagem de *Vidas secas* é emblemática: “Os meninos eram uns brutos, como o pai. Quando crescessem, guardariam as reses de um patrão invisível, seriam pisados, maltratados, machucados por um soldado amarelo” (Ramos, 2021, p. 36). Trata-se de um pensamento do personagem Fabiano, formulado numa noite na cadeia para a qual foi conduzido depois de um desentendimento com o soldado amarelo.

Essa inadequação como noção de exclusão das atividades da sociedade encontra eco em estudos que caracterizam a pobreza, absoluta e relativa, e remete para o direito de necessidade, repercussões de falhas nas estruturas política e legal constitutivas da sociedade em que vivemos. Assim, quando circunstâncias desastrosas e fora de controle usual são imprevisíveis e impossíveis de impedir ou limitar, surge o direito de necessidade como complemento à lei e política pública, que abre espaço à adoção e justificativa de medidas extraordinárias.

Se a fome generalizada ou a escassez extrema são previsíveis a ponto desse poder impedi-las ou limitá-las por meio de leis, então isso é algo que pode e deve ser lidado no curso ordinário da justiça e não por meio de um dispositivo extralegal concebido para circunstância das quais a lei não consegue tratar (Fleischacker, 2006, p. 51-52).

Em estudos relacionados à compreensão do fenômeno da pobreza, Costa (1984, p. 275-296) apresenta características correlatas à noção de exclusão dos padrões de vida, costumes e atividades comuns da sociedade. Assim, o conceito de pobreza assume uma perspectiva complexa e pluridimensional, em face da variedade de formas e modalidades de que se reveste, consoante às particularidades de cada país. No entanto, duas classificações são fundamentais, a pobreza absoluta e a pobreza relativa.

Caracteriza-se como pobreza absoluta a ideia de necessidades elementares como a subsistência física, os padrões de distribuição do rendimento e da riqueza ou o modo como o nível de vida do indivíduo tenha variado ao longo do tempo. A compreensão da pobreza

absoluta guarda um certo relativismo com juízos morais e políticos vigentes em determinada sociedade. Não impede, contudo, uma delimitação do conceito para alocá-lo à sobrevivência física, definindo o que designa por indigência.

A pobreza relativa surge como um fenômeno de difícil definição sem uma referência direta à sociedade em geral, pois as características específicas de cada sociedade são balizas para a definição da pobreza. A pobreza relativa guarda proximidade com a ideia de integração das pessoas, transpõe a fronteira da subsistência física para adentrar no domínio da cultura, que reconhece na própria sociedade uma das fontes geradoras de necessidades.

O não atendimento das necessidades básicas mínimas está relacionado com o conceito de pobreza absoluta, enquanto a pobreza relativa compreende aquelas necessidades a serem satisfeitas em razão do modo de vida predominante em dada sociedade. A falta de consciência de ser pobre não retira realidade à pobreza, conforme assegura Costa (1984, p. 287), antes acrescenta uma dimensão adicional ao seu conteúdo.

A lei do amor pede que os ricos não empobrecam devedores pobres, mas a lei coercitiva não faz isso. De modo que “[...] o pobre não tem o direito de não ser pobre, não tem nenhum direito nem mesmo contra pessoas ricas que reclamariam para si ‘todas as modestas posses [do pobre]’; [...]” (Fleischacker, 2006, p. 43). Em casos extremos é que os pobres poderão usar aquilo de que necessitam para permanecerem vivos.

As falhas nas estruturas política e legal constituem condições que amparam o direito de necessidade, traduzindo uma exceção ao curso normal da justiça e se constitui em componente desse curso, surgindo em emergências, circunstâncias em que ocorre tais falhas.

A noção de direito de necessidade focaliza atos de pessoa em perigo iminente de morte, do indivíduo sob risco de inanição que poderá apanhar frutas de uma árvore ou beber água de poço que encontre em seu caminho. Nesse caso, enquanto perdurar sua necessidade, o alimento e a bebida de que necessita lhe pertencem, não à pessoa que possui a propriedade sobre tais coisas. Fleischacker (2006, p. 43) confirma essa assertiva ao afirmar que “[...] uma pessoa pode fazer uso de um medicamento que não lhe pertence caso esteja a ponto de morrer se não fizer isso, ou de um abrigo se ela for surpreendida por uma terrível tempestade, ou de qualquer outra coisa de que precise para sua sobrevivência imediata”.

De tal modo que uma pessoa pode satisfazer suas necessidades valendo-se da propriedade de outrem, ocasião em que o propósito da propriedade adquire precedência sobre as normas ordinárias que regem a propriedade. Assim, Fabiano que se considera um bicho “[...] na fuga encontra uma casa e que entra nela, porque já chove, mas sabendo que enquanto ali estiver será um servidor do senhor dessa casa que está longe” (Lucas, 2021, p. 79).

O merecimento como parâmetro adotado desde Aristóteles para a distribuição dos bens, sugere que, “[...] para a maioria dos pensadores morais e políticos pré-modernos, os pobres

pareciam constituir uma classe particularmente imperfeita de pessoas, uma classe de pessoas que nada *mereceriam*” (Fleischacker, 2006, p. 13). Portanto, há a constatação de que decorreu muito tempo até que se compreendesse a distribuição de bens a todos os seres humanos, apenas pelo fato de serem humanos.

Os movimentos sociais surgem como fonte diferenciada de produção jurídica abolindo a única fonte de autoridade dirigente, a dinâmica interativa e espontânea da sociedade, representada pela multidão e interligada às necessidades cotidianas, já que a produção jurídica formal e técnica do Estado liberal atinge apenas parcela do espaço público, fato que a torna desconectada das necessidades dos sujeitos subalternos e excluídos.

#### 4 VULNERABILIDADE SOCIAL

Apesar dos avanços gerais na redução da vulnerabilidade social no Brasil, na região Nordeste há muitos municípios classificados como de alta e muita alta vulnerabilidade social, em dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS<sup>2</sup>, que correspondem a conjunto de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo.

O IVS procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários. A expressão “vulnerabilidade social”, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil, IPEA, 2015, p. 8), tendo por base municípios e regiões metropolitanas brasileiras, não possui um significado único e consolidado na literatura.

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (Brasil, Ipea, 2015, p. 8).

Tanto os conceitos de necessidades básicas insatisfeitas ou pobreza multidimensional, a expressão “vulnerabilidade social” vem se popularizando à medida que cresce o reconhecimento de que a categoria pobreza, ainda que não devidamente qualificada, é limitada para expressar as complexas situações de mal-estar social (Costa *et al.*, 2018, p. 10).

As ideias de “exclusão” e de “vulnerabilidade social”, utilizadas por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais, refletem um esforço de ampliação do entendimento

---

<sup>2</sup> As dimensões do IVS se constituem em: IVS Infraestrutura urbana; IVS Capital humano e IVS Renda e trabalho (Brasil, IPEA, 2015, p. 8).

das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, em uma perspectiva ampliada complementar àquela ligada à questão da insuficiência de renda.

Atrelado ao IVS, o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS dos municípios e regiões metropolitanas do Brasil representam um esforço de identificar indicadores destinados a permitir a visualização imediata de disparidades das condições de vida existentes no território brasileiro, com o propósito de desenho e implementação de políticas públicas (Costa *et al.*, 2018, p. 7-8). Tanto o IVS quanto o AVS decorrem do processo de apuração de indicadores realizado para a produção do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, do Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal – ADH, cujo propósito é adaptar o índice de desenvolvimento humano – IDH global, aplicado aos países do mundo, aos municípios brasileiros, originando o IDHM:

Assim, enquanto o IDHM aponta para a disponibilidade de recursos e condições necessárias para o alcance de um patamar mínimo de bem-estar pelas populações, o IVS, ao contrário, denuncia a ausência ou insuficiência destes recursos e condições, no mesmo território (Costa *et al.*, 2018, p. 8).

A posse ou privação (ausência ou a falta de acesso) de ativos, recursos ou estruturas que deveriam estar disponíveis aos cidadãos determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas, além de identificar as falhas de oferta de bens e serviços públicos no Brasil.

O alerta serve para enfatizar que o conceito poderá influenciar políticas públicas, de modo a colocar em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos.

A par dos estudos com base na realidade social, a doutrina jurídica traça seus próprios caminhos. Neste sentido, a noção privada de *sujeito* aplica-se aos agentes que exercem o controle e manipulam os meios de produção, enquanto consideram-se alienados e oprimidos os agentes excluídos das relações sociais, conforme Wolkmer (2015, p. 280): o sujeito histórico articula-se em torno do sofrimento e das exigências cada vez mais claras de dignidade, de participação, de satisfação mais justa e igualitária das necessidades humanas fundamentais de grandes parcelas sociais excluídas.

Tendo de um lado os sujeitos individuais abstratos e de outro os sujeitos coletivos concretos, surge o “novo” sujeito coletivo, um somatório de elementos de personalidade como o todo, vivo, atuante e livre, que participa e modifica o processo histórico-social. Para Wolkmer (2015, p. 278-279), não mais inserido em uma sociedade centralizada, encontra-se no espectro de uma mundialidade repleta de subjetividades, agregadora de sujeitos pessoais e coletivos, que se define em função da postura de sujeitos emancipados, abrindo mão de uma postura de sujeitos inertes, dominados, submissos.

A pesquisa empírica aliada à doutrina que buscam compreender os fenômenos sociais vinculados a pobreza, encontra ecos na pena do escritor, como é o caso de Graciliano Ramos, em que a ficção se espelha na realidade. A fome retratada no romance é decorrente, prioritariamente, das condições precárias dos sertanejos, convivendo com a terrível realidade da seca:

Em *Vidas Secas*, Graciliano consegue uma perfeita união de elementos diversos: homem, paisagem, sentimento, bicho, terra, fome, seca, humilhação, tudo é uma coisa só, girando em círculo, sem princípio nem fim, um continuando no outro, ou continuando o outro (Viana, 1981, p. 37).

Tema recorrente na historiografia nordestina, a seca está sempre presente sem ser explicada ou esclarecida, servindo de justificativa a vários problemas sociais dos quais decorreram um complexo sistema político, verbas e paternalismo, a conhecida “indústria da seca”, que se apropria do trabalho de camponeses e retirantes.

## 5 UM RELATO HISTÓRICO DA SECA: INVISIBILIDADE E OBSTINAÇÃO

O fenômeno da seca torna-se mais visível quando registrado a partir de fatos históricos, como é o caso dos eventos ocorridos no Ceará, Nordeste do Brasil, retratados por Souza e Neves (2015, p. 13-15). O estudo tratou dos enormes impactos sobre a capital Fortaleza: a seca que levou os retirantes, sertanejos nordestinos, ao enfrentamento de episódios de conflito com a cidade, na figura da autoridade que se preocupa com a ordem de uma gestão pavorosa da fome e pobreza, e analisou historicamente as estratégias de controle, formas de caridade e mecanismos de trabalho.

Trata-se de um fatigante ciclo, difícil de ser quebrado, constituído da irregularidade climática que causa a seca e da seca que causa a pobreza. O fenômeno levou a política a cultivar uma verdadeira obsessão de combate à seca, cuja solução ainda se busca no século XXI, transformando-se em foco de denúncias de corrupções e enviesamentos de políticas públicas que culminam, ano após ano, em falta de soluções.

As novas análises sobre a seca priorizam as relações sociais com o meio ambiente, além de formas de controle social e conflitos sobre a propriedade da terra, do controle dos mananciais de água, implementação de programas agrícolas e distribuição de riqueza em tempos de crise. Para Souza e Neves (2015, p. 15), “A seca pode ser vista, agora, como um problema eminentemente social, fruto de uma história de relações sociais baseadas no paternalismo e na manutenção da miséria dos sertanejos.”

A ideia de que haveria um ciclo de secas que atingiriam o sertão do estado do Ceará a cada vinte anos interrompeu-se em 1845, enchendo o sertanejo de esperanças no futuro, incentivado por notícias veiculadas pela imprensa. No entanto, a seca que assolou o estado entre 1877 e 1879 levou a capital Fortaleza a adotar providências, entre as quais a organização

de Códigos de Posturas, pelas Câmaras Municipais e Assembleias Provinciais, objetivando definir a ordem social, conforme registro de Vieira (2015, p. 18-19). Em decorrência do fenômeno houve grande concentração de retirantes em Fortaleza, suscitando a aprovação da planta topográfica da cidade, com a delimitação de áreas, um perímetro central e os subúrbios, onde foram construídas edificações para abrigar esses migrantes.

Na década de 1870 contava com uma população de 30 mil habitantes, mas, no início de 1878, durante a seca, a cidade de Fortaleza superou a marca de 100 mil habitantes, sitiando a cidade, distribuídos, segundo Vieira (2015, p. 32), em. “[...] pelo menos quatro segmentos de retirantes ansiosos de maneiras diferentes pela filantropia estatal: os despossuídos vindos do centro da província, indigentes urbanos, proprietários sem safra e comerciantes falidos.”

A historiografia é utilizada como forma de evidenciar uma realidade inarredável, destruidora, que atingiu as vidas de milhares de pessoas e, apesar do relato referir-se a cidade Fortaleza, retrata muito bem eventos ocorridos em locais diversos, por onde se registrou o impacto da seca, os traços comuns dos despossuídos dali oriundos: “Recalcadas pelo poder dominante, regiões sombrias da ordem estabelecida atingem o plano do texto, que torna visível a violência contra os excluídos, então revelados em sua alteridade e desolação” (Miranda, 2004, p. 10). A experiência desdobrada no tempo extingue o lugar de ilusões compensatórias ou processos de integração social.

A dura realidade é expressa de forma romaneada por Graciliano Ramos a partir de personagens de *Vidas secas*, ao tempo em que trazem a marca da desgraça. Miranda (2004, p. 11) compreende o corpo (do sujeito, do preso, do retirante) como o lugar privilegiado onde se marca a história e se enuncia, em carne viva, sem subterfúgios, a violência desmedida do poder.

A solidariedade em simbiose com a vida é a temática central do livro, vidas, apesar de secas, ainda vidas, solidariedade que une os três mundos, mineral, vegetal e animal, casa que é de todos.

Vida e solidariedade: simbiose. Importante notar que, desde o título, temos a palavra “vida”, significativamente no plural. O adjetivo “secas” torna esse um dos títulos mais prolixos de Graciliano Ramos: vidas, no entanto secas; secas, no entanto vidas. Os três mundos, mineral, vegetal e animal, compõem um conjunto único, solidário ecúmeno, casa (oikós) que é de todos. De todos os “vivos”, outra palavra reveladora: a forma participial, verbal ou deverbal do substantivo, veicula um componente dinâmico: viver é, antes de tudo, atividade, trabalho (Reis, 2012, p. 196).

Apesar dos infortúnios e adversidades sofridas pelos personagens, impera a marca da vida, da resistência, da luta. Na análise de Silva e Chiaraba (2020, p. 547), uma robustez invade a vida de Fabiano, que emite claros sinais de persistir em constante luta; na lida com a terra e com o gado não desiste de viver, sentindo até vergonha de não saber resistir adequadamente à morte anunciada; a seca e outros agentes físicos o desafiam continuamente.

O personagem Fabiano, caracterizado como vaqueiro, cuja brutalidade não lhe permitia uma visão clara da realidade, submetia-se ao poder do patrão, proprietário da terra e do gado, a quem cabia a palavra final no acerto de contas. Contudo, diante da seca permanece indefeso, restando-lhe o recurso da força (e, no entanto, a fronteira entre fraqueza e força é inescrutável) ao declarar-se abertamente “bruto” ao patrão ou ao fiscal da prefeitura.

O contrário também pode ser verdade: no desfecho do episódio do soldado amarelo, a atitude de suposta subserviência é a mais sábia: chama-se contenção. A força de Fabiano consiste em dominar o primeiro impulso, instintivo e apaixonado, que incitava a uma vingança de curto alcance. Trata-se de resposta de homem consciente e não de animal domesticado. Nunca é simples definir a fronteira entre fraqueza e força. “Inutilizar-se por causa de uma fraqueza fardada que vadiava na feira e insultava os pobres! Não se inutilizava, não valia a pena inutilizar-se. Guardava a sua força” (Reis, 2012, p. 197).

As adversidades (o confronto periódico com o patrão, a injustiça sofrida com o soldado amarelo) mostram o sentimento de invisibilidade de Fabiano, nas experiências e reflexões sobre a própria vida, esquadrihada com os bichos que fazem parte da família e com os quais qual ele trabalha.

A invisibilidade dos personagens de *Vidas secas* foi enfatizada por Silva e Chiaraba (2020, p. 544), ora pela falta de nome em que os pais possam diferenciar seus filhos das coisas, ora pelas experiências que trazem a reflexão se são humanos ou bichos, podem representar metáforas da ausência de compromisso de agentes públicos com políticas emancipatórias como também ser compreendidas como constrangimentos em níveis tais que interdita potencialidades humanas, privando-as do acesso aos bens indispensáveis.

Essa invisibilidade, enfatizada pelo sofrimento e a ausência de reconhecimento dos personagens na concepção de mundo e dos acontecimentos de Graciliano Ramos, destaca-se na cena do coletor de impostos que constrange Fabiano ao exigir-lhe pagamento de tributo pela venda de um porco na feira, ato que, em face da simplicidade e vulnerabilidade do sertanejo, beira a humilhação. Uma certa consciência emerge no sentido da similitude encontrada nos animais que a família cuida, na privação da própria humanidade.

[...] nossos heróis estão privados de sua humanidade enquanto tal, pois a consciência de si que têm diante das similitudes humanas encontradas na cachorra e no papagaio, além da imaginação e projetos de vida boa que desenvolvem, são incapazes de superar as adversidades que arruinam suas vidas; a reflexão e o medo que a personagem tem da servidão, o sonho de Sinhá Vitória de dormir em uma cama, o desejo que seu marido tem de melhorar de vida com sua família, a vontade que ambos têm de falar como Seu Tomás da Bolandeira etc., fracassam apenas em face da Fortuna social que lhes impede de florescer suas capacidades de ser e atuar (Silva e Chiaraba, 2020, p. 538).

Os projetos de vidas desmoronam em face das adversidades; o medo da servidão e o desejo de uma vida mais digna impedem Fabiano e Sinhá Vitória de sentir a plena capacidade de ser. Como um paradoxo atroz, o Estado parece enxergar o cidadão pobre unicamente

quando lhe impõe obrigações, quando lhe exige conhecimento acerca de deveres a cumprir enquanto busca a própria sobrevivência, privando-os do acesso a bens indispensáveis às necessidades fundamentais.

Ao fim da história, Fabiano rebate com fé em dias melhores o sentimento de injustiça em relação à sua própria condição de vida e de sua família e, instigado pela mulher Sinhá, é levado a considerar os valores adotados pela civilização de que desconfiava com veemência, desejando para os próprios filhos a condição de frequentar uma escola, o que representaria um salto qualitativo em relação ao ambiente hostil em que vivem, e uma esperança para os seus descendentes de terem condições de fugir à própria invisibilidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seca e a pobreza constituem elementos que rodeiam os personagens do romance de Graciliano Ramos que, acostumados a reconhecer os seus sinais, tornando a própria realidade um completo desassossego. A maestria do romancista eleva uma história triste, porém corriqueira, em uma espécie de catarse inundada de humanidade, por meio da qual podemos apreender o significado da invisibilidade comuns aos pobres e, no caso, aos sertanejos em constante combate com a seca.

O sentido do tempo cronológico ganha um novo significado, tanto pelo fenômeno físico que demarca o tempo das estações como no âmbito psicológico, que inviabiliza à família do sertanejo qualquer perspectiva de planejar a vida, o futuro dos filhos, o próprio futuro, entregue tanto aos eventos naturais quanto aos humores daqueles que detêm os bens de consumo, dos quais são dependentes.

A dramaticidade parece carregada e um tanto exagerada, mas no fundo é a própria realidade que é espelhada em sua crueza, naquilo que a pobreza representa, um estado de necessidade constante, perene, em que é difícil visualizar uma definição e um limite.

Permanecer vivo é a diretriz da família de Fabiano, buscar recursos onde existam é o seu projeto de vida, sonhar com uma vida diferente para os mais jovens parece ser um devaneio que, em situações desesperadoras, são quase obrigados a mergulhar, sob pena de sucumbirem à necessidade extrema, sobretudo em face de situações injustas e a falta de reconhecimento de sua própria humanidade.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Hermenegildo. Prefácio. In: BRUNACCI, Maria Izabel. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 192p.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015. 240p. ISBN: 978-85-7811-254-7. Disponível em: [http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao\\_atlas\\_ivs\\_rm.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs_rm.pdf). Acesso em 14 out. 22

BRUNACCI, Maria Izabel. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 232p.

CHÂTELLIER, Louis. *A religião dos pobres: as fontes do cristianismo moderno séc. XVI-XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 279p.

CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. São Paulo: Contracorrente, 2020. 200p.

COSTA, Alfredo Bruto da. O conceito de pobreza. *Estudos de Economia*, Lisboa, v. 1V, n. 3, p. 275-296, abr./jun. 1984. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9738/1/ee-abc-1984.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

COSTA, Marco Aurelio *et al.* *Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras*. Texto para Discussão 2364. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=32296&Itemid=433](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32296&Itemid=433). Acesso em: 29 nov. 2022.

CRISTÓVÃO, Fernando. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*. 4. ed. Lisboa: Edição Cosmos, 1998. 324p.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014. 312p.

FLEISCHACKER, Samuel. *Uma breve história da justiça distributiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 280p.

LUCAS, Isabel. *Viagem ao país do futuro*. Recife, PE: Cepe, 2021. 328p.

MIRANDA, Wander Melo. *Folha explica Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004. 96p.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 152. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021. 176p.

REIS, Z. C. (2012). Tempos futuros - Vidas secas, de Graciliano Ramos. *Estudos Avançados*, 26(76), 187-208, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/47551>. Acesso em: 5 set. 2022.

SILVA, Antonio Sá da; CHIARABA, Homero. Invisibilidade, direitos humanos e capabilities approach em “Vidas secas” de Graciliano Ramos. *Anamorphosis - Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 529-547, dez. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.21119/anamps.62.529-547>.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). *Fortaleza: história e cotidiano - Seca*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2015. 132p.

VIANA, Vivina de Assis. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Abril Educação, 1981. 111p.

VIEIRA, Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). *Fortaleza: história e cotidiano - Seca*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2015. p. 17-48.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico*: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 480p.

**Idioma original: Português**

**Recebido: 04/02/23**

**Aceito: 29/07/23**